

A IDEOLOGIA NO ROMANCE HISTÓRICO LUKÁCSIANO: UMA INTERPRETAÇÃO DE *MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS*, DE MACHADO DE ASSIS

THE IDEOLOGY IN THE LUKACSIAN HISTORICAL NOVEL: AN INTERPRETATION OF *THE POSTHUMOUS MEMOIRS OF BRAS CUBAS*, BY MACHADO DE ASSIS

Eduardo ORTIZ*

Vitor CEI**

Resumo: Este artigo analisa o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a partir da perspectiva sobre o romance histórico teorizado por György Lukács. Apresenta primeiramente o percurso do conceito de ideologia através do tempo a partir de autores que o empregaram de diferentes formas em diferentes contextos históricos, para a partir disso analisar a obra *O romance histórico*, de Lukács, a sua teoria, e a forma com que a ideologia é compreendida por esse autor e seu uso na interpretação da narrativa literária machadiana, marcada pela ideologia de um personagem proto-burguês em contexto escravista e patriarcal.

Palavras-chave: György Lukács; Machado de Assis; romance histórico; ideologia.

Abstract: This paper analyzes the novel *The posthumous Memoirs of Bras Cubas*, by Machado de Assis, through the point of view of Lukacs's theories on the historical novel. Firstly, we present the course of the ideology concept over time from authors who have used it in different ways in different historical contexts. Then, we analyze Lukács' work, *The Historical Novel*, his theory, and how ideology is understood by this author and its use in the interpretation of Machado's literary narrative, marked by the ideology of a proto-bourgeois character in a patriarchal and slavery context.

Keywords: György Lukács; Machado de Assis; Ideology, historical novel.

Introdução

Onde termina a História e começa a Literatura? Onde termina a Literatura e penetramos, ainda que indelevelmente, na realidade histórica? Literatura e história “implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental – não necessariamente especialista em filosofia, semiótica, teoria do discurso ou teoria da literatura está em condições

* Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade - Doutorando – Programa de Pós-graduação em História – PUCRS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: eduardo.ortiz.001@acad.pucrs.br

** Doutor em Estudos Literários (UFMG) - Professor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES -Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES, Brasil. E-mail: vitorcei@gmail.com

de compreender e diferenciar” (MIGNOLO, 2001, p. 116). Reconhecidas essas diferenças, os romances históricos as desafiam.

Em 1881, Capistrano de Abreu, noticiando a publicação do livro disruptivo de Machado de Assis, perguntava: “As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* são um romance?” (ABREU, 2008, p. 11). A conhecida pergunta, motivada pelo estilo que se diferenciava do romance enquanto gênero literário consagrado, tem recebido distintas respostas, a começar pelo próprio autor: “era romance para uns e não o era para outros” (ASSIS, 2008, p. 35). De nossa parte, respondemos que *Memórias póstumas de Brás Cubas* pode ser definido como um romance histórico – não é exatamente um romance histórico lukácsiano tradicional, mas pode ser interpretado como um romance histórico *sui generis*. Afinal, Brás Cubas, cujo prenome pode ser uma analogia com Brasil, ao rememorar sua vida e reconstituir seus cacos, revela as feridas abertas pela barbárie da história do país. Sua narrativa pode ser lida como um documento da barbárie que foi o processo de colonização e modernização do Brasil.

Sidney Chalhoub considera Machado de Assis um “historiador” que, “ao contar suas histórias, escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (CHALHOUB, 2003, p. 17). Analisando as *Memórias póstumas*, ele afirma que “Machado cifra o significado do romance na trajetória de Brás, que é o Brasil que vivera até 1869, e então agonizara, morrera e fora entregue aos vermes em 1870 e 1871, anos de intensa movimentação política em torno da questão do ‘elemento servil’” (CHALHOUB, 2003, p. 73).

John Gledson, que também estudou as ligações íntimas entre a história do Brasil e a ficção machadiana, afirma que o processo histórico do país é o próprio fermento que modula a prosa de *Memórias póstumas*:

[...] enfoca um *ancien régime*, com o domínio de uma oligarquia segura de si, baseada na escravidão – domínio que pôde ser mantido com relativa facilidade, embora por vezes com a consciência da possibilidade de uma rebelião ou, simplesmente, da necessidade de uma autojustificação. (GLEDSON, 2003, p. 26).

A biografia do personagem-título perpassa vários estágios da história nacional. Ele nasceu no Rio de Janeiro em 1805, três anos antes da chegada da família real portuguesa ao Brasil, evento que marcou o fim do período colonial. Durante sua vida, o defunto autor testemunhou o fim do período colonial, o surgimento e o fim do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a origem e o ocaso do Primeiro Reinado, a Regência e três décadas do Segundo Reinado, vivenciando a consolidação e a decadência do sistema escravista-patriarcal. E faleceu em 1869, ano da abolição da escravidão em Portugal e seus domínios.

A fortuna crítica machadiana, em seus múltiplos olhares, tem estudado *Memórias póstumas de Brás Cubas* por uma perspectiva sociológica centrada no tipo social do narrador e no contexto ideológico do Brasil Império. Alfredo Bosi destaca três vertentes ideológicas principais:

A hegemonia do liberalismo excludente rege a biografia inteira de Brás, que começa no período colonial. O novo liberalismo democratizante, formado nos anos de 1860-70, alimenta a sátira local do narrador. Enfim, o moralismo cético enforma a perspectiva geral da obra, refratária às certezas progressistas inerentes ao novo liberalismo (BOSI, 2006, p. 280).

Este artigo analisa o romance de Machado de Assis a partir da perspectiva sobre o romance histórico teorizado por György Lukács, refletindo primeiramente sobre o conceito de ideologia, o contexto sócio histórico de seu surgimento e seu percurso através do tempo a partir de autores que o empregaram de diferentes formas. Em seguida, analisa a obra *O romance histórico*, de György Lukács, a sua teoria, e a forma com que a ideologia é compreendida por esse autor e seu uso e utilidade na construção da narrativa literária machadiana.

A ideologia

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita da teoria do romance histórico de Lukács, acreditamos ser de fundamental importância contextualizarmos o polissêmico conceito de ideologia, seu surgimento, sua trajetória e seus diversificados usos em diferentes contextos históricos, a fim de avaliar como esse conceito ressignificou-se na obra *O romance histórico*.

O termo “ideologia” surge em 1796, quando o filósofo francês Destutt de Tracy buscou criar uma ciência, a qual teria interesse em estudar os sistemas de ideias e sensações. O seu intuito inicial era examinar como essas ideias eram geradas, combinadas, e as consequências que elas traziam consigo. O filósofo francês argumentava que, como explica Thompson em *Ideologia e cultura moderna*, não seria possível “conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que temos delas”, dessa forma, “se pudéssemos analisar essas ideias e sensações de uma maneira sistemática, poderíamos garantir uma base segura para todo o conhecimento científico e tirar conclusões de cunho mais prático.” (THOMPSON, 1995, p. 45).

Essa “nova” área de estudo, para de Tracy, deveria tornar-se a “primeira ciência”, uma vez que, para o mesmo autor, todo o conhecimento científico implica na combinação de ideias, sendo assim, a ideologia estaria incumbida não apenas de ser a base para todas as outras ciências, mas também a ferramenta reguladora da sociedade, na qual o ser humano encontraria

auxílio para proporcionar a sua existência o menor desprazer possível, uma vez que por meio da cuidadosa análise das ideias seria viável compreender a natureza humana, possibilitando dessa forma a reestruturação da ordem política e social conforme as suas necessidades.

Apesar de ter percebido a possibilidade de expandir a ciência das ideias para o campo social e da política, de Tracy, em seus 4 volumes de *Éléments d'Idéologie*, publicados entre os anos de 1803 e 1815, enfatiza, entre outros temas, os elementos do pensamento, da memória, do sentimento e do julgamento. Argumentando que a Ideologia também faz parte da Zoologia, o autor demonstra maior interesse no desenvolvimento de um naturalismo mais consciente e rigoroso, em que os seres humanos passem a fazer parte como realidade material, e desse modo, sejam estudados a partir de suas faculdades intelectuais.

De Tracy e seus companheiros do *Instituto Nacional* estavam estreitamente ligados ao republicanismo. Partilhavam da perspectiva de Condorcet, tanto da crença do perfeccionismo dos seres humanos por meio da educação, quanto dos métodos empregados por este para analisar as ideias e as sensações. Por possuírem esse posicionamento político, o destino de de Tracy e de seus companheiros, bem como de suas respectivas doutrinas, estavam diretamente ligadas ao destino da Revolução.

Apesar de Napoleão, após o golpe em 1799, ter apoiado algumas ideias de de Tracy e de seus companheiros, passa a desconfiar dos mesmos e de suas convicções, percebendo neles e nos ideais de republicanismo que defendiam uma potencial ameaça às suas ambições autocráticas. Dessa forma, Napoleão passa a ridicularizar as pretensões da Ideologia, taxando-a de abstrata e especulativa, distante do poder político.

A oposição de Napoleão a de Tracy e seus companheiros cresce à medida em que seu império começa a ruir e a opinião pública começa a ir contra o seu regime, passando, dessa maneira, a taxá-los, como cita Kennedy (1978, p. 81), de “ideólogos” e de “fação metafísica”, encontrando neles o bode expiatório para os fracassos de seu regime, argumentando que haviam interpretado mal a Revolução, e a partir disso, estavam conspirando contra o novo regime.

Esse clima de hostilidade só aumentou após a campanha desastrosa de Napoleão na Rússia, quando, ao dirigir-se ao Conselho de Estado, o então líder da França manifesta que deve-se “colocar a culpa dos males que a nossa França sofreu na ideologia, a metafísica obscura que procura, sutilmente, pelas últimas causas, onde se deve colocar a legislação dos povos, em vez de fazer uso das leis conhecidas do coração humano, e das lições da história” (BONAPARTE, 1978, p. 215).

Napoleão passa a atacar cada vez mais a “ciência” de de Tracy, aproximando dela praticamente todos os tipos de pensamento, desde os de cunho político, até os religiosos, para

a partir disso desqualificá-la. Dessa forma, o termo tornou-se uma arma nas mãos de Napoleão, na qual buscava destruir seus oponentes e sustentar o seu regime.

Com a renúncia de Napoleão, em abril de 1814, e a restauração da dinastia dos Bourbon, de Tracy retorna a uma posição de influência no campo político, porém, a sua ciência das ideias já havia se deteriorado pelos conflitos do período napoleônico, tornando-se assim uma teoria associada diretamente ao republicanismo, estagnada basicamente no campo político.

Desse modo, a partir dos embates entre Napoleão e os filósofos, o termo ideologia mudou, de modo que de ser uma ciência das ideias para passar a ser referenciado às próprias ideias. Em outras palavras, o que era para ter sido uma “ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito”, sendo jogada contra os filósofos por um imperador decadente e ameaçado, passou a ser concebida “como ideias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo.” (THOMPSON, 1995, p. 48).

Ao analisar o conceito de ideologia, não podemos deixar de lado as abordagens realizadas por Marx, as quais, sem dúvida, ocupam um lugar central na análise do conceito, apesar de o filósofo alemão tê-lo abordado de maneira não tão clara, gerando exaustivos debates entre seus seguidores. Da abordagem de Marx sobre ideologia, como bem explica Thompson (1995), temos três concepções: a concepção polêmica, a concepção epifenomênica e a concepção latente.

A primeira delas, a chamada concepção polêmica, concebe a ideologia de forma negativa, conotando-a como algo errôneo e enganoso. Marx, durante seu exílio em Paris, entre os anos de 1844 e 1845, leu e destacou parte do trabalho de de Tracy, utilizando-o do mesmo modo com que fez Napoleão, como arma de oposição aos seus adversários. Tal como o imperador francês fez uso do termo ideologia para atacar de Tracy e seus companheiros, Marx utilizou o conceito para afrontar os jovens hegelianos, argumentando que seus trabalhos, nas condições retrógradas da Alemanha do começo do século XIX, equivaleriam aos de de Tracy e seus companheiros na França napoleônica.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels acusam os jovens hegelianos de possuírem visões “ideológicas”, no sentido de valorizar excessivamente as ideias, tanto no contexto social, quanto no histórico, uma vez que os mesmos declaram que “as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, a produção da consciência transformada por eles em autônoma – são considerados os verdadeiros grilhões da humanidade” (ENGELS; MARX, 2007, p. 43), cabendo aos jovens hegelianos apenas lutar contra “fraseologias”. Porém, como Engels e Marx argumentam, “esquecem que opõem a essas fraseologias nada mais que outras fraseologias e que, ao combaterem as fraseologias desse mundo, não combatem de forma alguma o mundo

real existente.” (ENGELS; MARX, 2007, p. 43). Em outras palavras, Engels e Marx acusam os jovens hegelianos de oporem ideias a ideias, e dessa forma, deixarem o mundo sem modificação alguma. Sendo assim, a ideologia, nesse contexto, compreende uma doutrina puramente teórica, uma atividade que olha de forma errônea as ideias, como se as mesmas, por si só, fossem autônomas e eficazes, não sendo capazes de perceber as particularidades reais e as conjunturas sócio-históricas de determinada sociedade.

Já a concepção epifenomênica compreende a ideologia como algo oriundo e vinculado diretamente às condições econômicas, às relações entre classes e às relações de produção de classe, possuindo, no campo referencial teórico de Marx, um papel sistemático, na medida em que para esse autor “as ideias [*gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo a sua força espiritual dominante”, uma vez que “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual.” (ENGELS; MARX, 2007, p. 78).

Nesse sentido, a ideologia “é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória.” (TOMPSON, 1995, p. 54), na medida em que as ideias que irão compô-la fazem parte, dentro de determinado contexto histórico específico, do leque de aparatos utilizados por essa classe para atingir seus objetivos. Por meio das ideias que formam a ideologia, ainda dentro dessa concepção, é possível a classe dominante manter a sua posição privilegiada de dominação, porque há a falsa percepção de que seus interesses fazem parte de interesses comum da sociedade, quando, na verdade, o que ocorre é justamente o oposto, já que esse conjunto de ideias irão favorecer, quase que exclusivamente, aos seus interesses, uma vez que elas são o seu ideal de relações materiais, ou, de maneira sucinta, são as ideias de sua dominação.

Temos ainda, subjacentes, dentro da concepção epifenomênica, como explica Thompson (1995), três pressupostos. O primeiro desses pressupostos é que as condições econômicas de produção possuem papel central e determinante no processo de mudança sócio histórico, e por esse motivo, elas devem ser vistas como o meio mais importante para elucidar as mudanças sociais e históricas. O segundo pressuposto é que as formas ideológicas de consciência não devem ser analisadas da maneira como se apresentam, mas sim por meio das condições econômicas de produção, através das quais é possível elucidá-las e demonstrar que são ilusórias e sem justificativa racional. O terceiro e último pressuposto é que, tendo em vista que pela primeira vez na história a classe subordinada é capaz de perceber sua posição de

explorada e a sua potencialidade em um processo histórico mais abrangente, esta poderá se constituir em uma classe revolucionária, não apenas capaz de se tornar a nova classe dominante, mas eliminar totalmente as classes, uma vez que o proletariado detém o interesse universal da humanidade.

A terceira dessas concepções, a chamada concepção latente de ideologia, diferencia-se das anteriores pelo fato de surtir um efeito temporal reverso nos indivíduos, que ao invés de buscar guiar-se para um determinado futuro, por meio de lutas sociais, passam a “sentir saudades” de um passado inexistente e imaginário, apaziguando-os em suas condições atuais. Essa concepção recebeu esse nome pelo fato de Marx não a expor pelo termo ideologia, mas sim referenciá-la subentendidamente como “ilusões” e “ideias fixas” que circulam entre o povo e estimulam as suas superstições e seus cismas.

Essa concepção de ideologia é especulativa e só pode ser explicada, como sugere Thompson (1995), sob o reconhecimento de que o termo “ideologia” está sendo estendido a um conjunto de fenômenos sociais aos quais Marx descreveu de maneira clara e perceptível em suas análises concretas, mas ao nível da teoria, não os rotulou de modo conceitualmente claro. Em última análise, ainda segundo Thompson, essa concepção de ideologia, de maneira mais geral, pode ser entendida como “um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva a mudança social.” (THOMPSON, 1995, p. 58).

Agora, tendo deixado claro o surgimento da ideologia como tentativa de construção de uma nova ciência, e o seu desenvolvimento por meio do conceito, bem como algumas de suas concepções no âmbito dos estudos marxistas, passaremos a examinar a teoria do romance histórico de György Lukács, para então, posteriormente, analisarmos suas implicações na construção narrativa do gênero literário.

György Lukács e a teoria do romance histórico

A teoria do romance histórico elaborada por György Lukács foi lançada originalmente em russo, sendo publicada inicialmente em partes na revista *Literaturnyi Kritik* [Crítica Literária], em 1936, e completa em seu livro chamado *O romance histórico*, em 1937, tendo sido publicada no Brasil apenas em 2011.

Lukács estudava o romance histórico de modo materialista, seguindo uma visão de cunho ideológico, analisando-o enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monológico do poder” (ZILBERMAN, 2003, p. 110). O autor examina a “interação

do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento” (LUKÁCS, 2011, p. 29), dando enfoque ao tempo que muda, ao invés do tempo que passa. Por conseguinte, o foco principal de Lukács são as transformações e rupturas, as quais possuem como efeito imediato a condução das massas ao “sentido histórico”, o que este, por si só, também se constitui um elemento revolucionário, uma vez que “o critério de adequação do pensamento é sem dúvida a realidade. Mas a realidade não é, torna-se, advém, não sem a colaboração do pensamento” (LUKÁCS, 1960, p. 273). O romance histórico caracteriza-se também “por revelar forças sociais em disputa. Sua perspectiva adequada é a do cotidiano da vida prática, do flagrante de forças encarnadas em indivíduos representativos das camadas médias da população.” (SANTOS, 2011, p. 283).

O romance histórico emerge de uma nova tendência literária, reflexo direto dos estudos históricos pós-1848, momento em que historiadores e sociólogos procuravam compreender os novos conflitos, iniciando um processo de revisão no modo de “fazer história”, em um período em que se deixa de crer no progresso da sociedade e passa-se a compreendê-la por meio da “valorização de uma substância eterna, de uma essência da natureza humana imutável, cuja organização social toma uma forma diferente em cada período da história, mas que isso não é resultado de um processo histórico ou de um progresso das ideias humanas em seu campo social” (ROMANI, 2015, p. 6).

Grande parte dos romancistas que se propuseram a escrever esse tipo de romance eram seguidores das ideias da revolução de 1848. Porém, com a derrota desse movimento, passaram a utilizar esse gênero literário “como instrumento de denúncia da mesquinha burguesa” (ROMANI, 2015, p. 6).

O principal objetivo do romance histórico é revelar aos leitores que os destinos individuais estão conectados de forma direta com o coletivo, propiciando dessa maneira uma nova percepção da história nacional e suas correlações com a história universal. Opondo-se ao que chamava de formalismo, sua teoria, ao fundamentar-se em uma perspectiva inteiramente histórica, propondo uma tipologia de gênero romanesco, acaba por não deixar de lado as transformações que decorrem nas estruturas conjunturais e sociais.

Lukács espera também que no romance histórico o romancista seja capaz de deslocar-se, em sua narrativa, de sua época para o período a ser representado, não apenas com o propósito de evitar anacronismos, mas também de chegar a fundo à sua verdadeira natureza. O autor de *O romance histórico* pressupõe duas exigências, as quais devem guiar os escritores que almejam por esse gênero literário. A primeira delas é restabelecer a singularidade histórica da época representada, para que assim se possa chegar à segunda exigência, a “verdade histórica”, a qual

é obtida através das atuações das personagens da trama. Esta deverá apresentar de forma explícita os costumes, hábitos, valores e as peculiaridades de uma determinada época por meio de seus comportamentos, mas sem deixar de lado a naturalidade.

Contrário às genealogias, Lukács (2011, p. 17) analisou o produto que concretiza a ideia. Pesquisou inicialmente os eventos ocorridos na Alemanha do século XVIII, momento em que a filosofia passou a refletir profundamente sobre a história e o passado, destacando, sobretudo, a Antiguidade e a Idade Média, pois esses períodos históricos, para os intelectuais alemães, foram de essencial importância, pois pressupunham que nessas épocas estavam situadas as origens do povo alemão e que a partir daí se poderia encontrar uma explicação para o momento turbulento que a Alemanha passava, imersa em profunda decadência econômica e cultural, carente de uma identidade própria, em processo de unificação. Foi então que duas *escolas* históricas se sobressaíram na tentativa de sua construção, a primeira, conhecida como a escola rankeana e a segunda, como escola histórica prussiana.

Contudo, foi apenas na virada do século XVIII para o XIX que Lukács encontra o que passou a chamar de “sentido histórico”, pois segundo ele foi nesse momento que se criaram “as possibilidades concretas para que os indivíduos compreendam a sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos” (LUKÁCS, 1996, p. 22).

Também nesse período o autor constata que a adoção de ideais revolucionários passam a fazer parte de uma realidade muito mais ampla, de um sentimento relativo que contempla a coletividade, uma vez que os sentimentos e experiências que antes eram exclusivos de um pequeno grupo de indivíduos, os quais em sua maioria eram impulsionados pelo espírito aventureiro, passam a ser experimentados pela grande massa, fazendo com que surgisse por meio deles um sentimento nacional, ou, ainda, nas palavras de Lukács, “quando uma revolução burguesa é levada seriamente até o final, forma parte essencial dela o fato de que a ideia nacional se converta em patrimônio das grandes massas.” (LUKÁCS, 1996, p. 22). Dessa forma, a história torna-se uma experiência real a partir do momento em que ela pode ser vivida tanto pelos intelectuais e aristocratas como pela grande massa, uma vez que nesse período os conflitos e as revoluções deslocam-se para dentro dos grandes centros populacionais. Esse fenômeno é oriundo – e sem a qual não seria possível – da Revolução Francesa, visto que a partir dela desencadearam-se diversos outros acontecimentos em um espaço de tempo de 25 anos, entre a queda da Bastilha, em 1789, e a rendição de Napoleão, em 1814, um período de tempo que não compreendeu mais do que uma geração.

Lukács toma como base esses acontecimentos ocorridos na França, consequentes das guerras napoleônicas, para referir-se ao despertar do sentimento nacional da massa, e concomitantemente da compreensão da história nacional, em virtude de que eles foram essenciais para provocar “uma onda de sentimentos nacionais, de oposição ao nacional contra as conquistas de Napoleão, em suma: uma onda de entusiasmo pela autonomia nacional” (LUKÁCS, 1996, p. 23). Da mesma forma, foi também por meio desses eventos que o autor constata o ponto essencial de sua análise, visto que foi a partir deles que as pessoas tomaram na coletividade a consciência de suas condições econômicas, para a partir dessas reflexões reconhecerem as diferenças sociais, o que veio posteriormente a desencadear nas lutas de classes. Sendo assim, “se o romance histórico começa como um exercício de construção nacional no rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleônica, os resultados variam segundo cada contexto” (ANDERSON, 2007, p. 211), uma vez que cada nação manifestará em diferentes períodos, em seus romances, os assuntos e os recortes temporais pertinentes para a sua construção e consolidação.

São nas obras de Walter Scott que Lukács encontra inicialmente os elementos necessários para o surgimento do romance histórico. Foi na obra *Waverley*, do autor escocês, publicada em 1814, que Lukács vê corporificado pela primeira vez o modelo de romance histórico segundo a sua teoria, visto que nessa obra é possível encontrar, diferentemente dos romances de temática histórica que a antecederam, o elemento essencialmente histórico, que é “o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo.” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Por meio da obra *Waverley* é possível ainda datar com exatidão o surgimento deste gênero literário.

O primeiro dos itens que se deve buscar pelo romancista que se propõe a escrever o romance histórico scottiano, segundo a teoria lukacsiana, diz respeito aos tipos de personagens. O herói, se é que ele pode ser concebido assim, de modo algum será representado na narrativa em um patamar acima do que realmente pertence, dessa forma, não possuirá “elevações” significativas no decorrer do romance, mesmo sendo incumbido a ele o papel de protagonista da trama. Ele deverá ser um representante do povo, e dessa maneira, uma pessoa normal da sociedade, que apenas converte-se em “herói” pela exigência que o momento assim impõe, visto que sem as circunstâncias do evento, seguiria sendo uma pessoa “comum” da sociedade. A esse herói está destinado o papel secundário no acontecimento histórico, porém, a sua importância não diminuirá por conta dessa condição, uma vez que a sua presença é fundamental para o desenvolvimento do enredo. Além disso, nesse personagem incidirá de maneira

sintetizada as particularidades do evento e da época em que a trama ocorre, recaindo sobre ele os seus resultados, transformando-o no verdadeiro representante da crise histórica representada na obra.

Dentro dessa concepção, torna-se claro que no romance histórico lukacsiano não haverá como personagens principais as grandes lideranças históricas, como reis e generais, estando estes condicionados a um papel secundário no decorrer da obra, visto que

O romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes [...] ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance. (LUKÁCS, 2011, p. 159).

Na concepção de Lukács, a função elementar do romance histórico é auxiliar o leitor a compreender os eventos ocorridos em um determinado recorte temporal passado, valorizando a forma com que se dá a representação do período histórico. Porém, segundo o filósofo húngaro, a ênfase do romancista não deverá recair diretamente sobre os acontecimentos em si, mas sim nos efeitos gerados por este sobre as figuras humanas. É fundamental que o romance apresente a conjuntura e o entrelaçamento da crise sobre os destinos individuais das personagens, não devendo ser essa crise representada de maneira abstrata, como uma catástrofe isolada, mas como uma cadeia de catástrofes, a partir das quais será produzida uma colisão profunda na vida pessoal das personagens. Isto é, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007, p. 192). Dessa forma, o romancista precisa “ressuscitar poeticamente os seres humanos que figuraram nesses acontecimentos [...] a vivência dos móveis sociais e individuais pelos quais os homens passaram, sentiram e atuaram precisamente do modo em que ocorreu na realidade histórica” (LUKÁCS, 1996, p. 44).

Sendo assim, para Lukács o romance histórico surge com Walter Scott e, posteriormente, aperfeiçoa-se com as obras do romancista italiano Alessandro Manzoni, o qual aplica em seus romances, no decorrer da narrativa, a dissolução formal da categoria de vilão. Mas é com Leon Tolstói que esse gênero de romance chega ao seu ápice, na medida em que

Guerra e paz é a moderna epopeia da vida popular, e de um modo ainda mais decisivo que em Scott ou Manzoni. A descrição da vida do povo é ainda mais ampla, colorida e rica em figuras humanas. É mais consciente a ênfase na vida popular como o verdadeiro fundamento do processo histórico. (LUKÁCS, 1996, p. 100).

Lukács demonstra grande apreço por esta obra em particular, já que, segundo os seus critérios, ela pode ser identificada como um caso bem resolvido de romance histórico, visto que o autor soube escolher um período expressivo da história e transpassá-lo de maneira autêntica com todos os seus conflitos. Além das tensões de âmbito econômico e político, representa também crises amorosas, familiares e domésticas. Tolstói, além disso, acerta na escolha das personagens banais, constituindo-as de maneira com que não transpareçam por meio delas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes ações heroicas. Nessa obra as grandes lideranças históricas também são apresentadas de forma secundária, contudo, de maneira humanizada, sem renunciar a grandeza de seus cargos. Em *Guerra e paz*, pode-se encontrar um realismo visceral e bem-acabado, o que faz dessa obra o “ponto alto de toda a história do romance histórico” (LUKÁCS, 1996, p. 99), um padrão a ser seguido por romancistas que ainda nos dias de atuais pretendem escrever esse tipo de narrativa.

Em termos de aceitação, o modelo de romance histórico teorizado por Lukács dominou maciçamente sobre todas as demais narrativas ocidentais desde o seu surgimento, no século XVII, até a era eduardiana¹, e ainda hoje é preferido por alguns escritores, apesar de haver diferentes subgêneros do romance histórico, os quais não cabem serem tratados aqui por não fazerem parte da análise.

Podemos notar por meio das intencionalidades determinadas por György Lukács para a construção do romance histórico, segundo sua teoria, que o mesmo compreende a narrativa histórico-literária como uma arma a ser utilizada na luta de classes, uma vez que “a obra de arte não reflete simplesmente a consciência coletiva, não é redutível a ela, como no marxismo vulgar, e, de maneira contrária, constitui um degrau de coerência único para o qual tendem as consciências dos indivíduos que compõe o grupo.” (SILVA, 2011, p. 11). Dessa forma, podemos entender que o filósofo húngaro concebe a ideologia por meio da concepção neutra do conceito.

A neutralização do conceito de ideologia é resultado da generalização implícita do que Thompson (1995) chamou de concepção epifenomênica, uma vez que em Marx o conceito preservou o mesmo sentido negativo e contraditório adquirido com Napoleão. Tendo percebido as contribuições do conceito dentro do pensamento marxista, surge o interesse por parte de alguns pensadores em utilizá-lo para elaborar estratégias de luta de classe em condições sócio-históricas distintas.

Seguindo essa mesma perspectiva da concepção neutra, István Mészáros fala do poder da ideologia “para combater o adversário com eficácia nos relevantes planos da vida social e

intelectual.” (MÉSZÁROS, 2004, p. 306). Para esse mesmo autor, discípulo de Lukács, a reestruturação radical da sociedade como um evento repentino e irreversível, como creem os marxistas ortodoxos, é vista de maneira inconcebível. Dessa forma, tal evento deve ser encarado como um processo autorrenovador, que precisa ser sustentado em relação a adversários ideológicos bem identificados por um período tão longo quanto a necessidade assim exigir. Isto posto, na falta de uma solução irreversível para tal evento, pode-se “apenas manipular, ‘pouco a pouco’, as contradições socioeconômicas em questão e suas manifestações ideológicas, adiando temporariamente a erupção da crise iminente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 307).

Nesse contexto, o romance histórico possui um papel chave dentro da ideologia, pois por intermédio dele o proletariado toma consciência dos conflitos de estrutura por meio de sua perspectiva historicizante. Reforçando essa ideia, Gramsci afirma que “os homens se tornam conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) sobre o terreno ideológico das formas” (1981, p. 58), e destas, dentre as destacadas pelo filósofo italiano, está a artística.

Lukács, seguindo a linha de pensamento marxista, pressupõe que “a consciência [...] desde o início, é um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens.” (ENGELS; MARX, 2007, p. 56), e nesse contexto, o romance histórico interioriza nos indivíduos as questões em perspectiva histórica, ou, dito de outra forma, o gênero histórico-literário proporciona a “contemplação da experiência e a produção de sentido” (LUKÁCS, 2011, p. 19), construindo uma história do passado, revelando fatos e contextos novos, servindo a necessidade de revolucionar uma sociedade “irracional” e criar uma sociedade racional por meio da consciência progressiva de caráter histórico e da vivência da história pelas massas, as quais desenvolverão “juízo crítico sobre as condições econômicas e as lutas de classe.” (LUKÁCS, 2011, p. 41), criando, assim, um terreno fértil para a revolução.

Em última análise, a racionalidade do progresso humano desenvolve-se de modo cada vez mais marcante fundada no conflito interno das forças sociais na própria história, e esta deve ser a portadora e a realizadora do progresso humano. Desse modo, a contribuição mais importante legada pelo romance histórico é “a consciência histórica cada vez maior do papel decisivo que a luta de classe desempenha no progresso histórico da humanidade.” (LUKÁCS, 2011, p. 43).

O romance histórico de Brás Cubas

O memorialista Brás Cubas escreve no âmbito da metaficção, isto é, voltando toda página para dentro de si mesma. A ficção que explicita o tempo todo que é ficção refrata e estiliza na escrita a matéria discursiva das formações ideológicas que, no tempo de Machado

de Assis, eram tidas por verdadeiras, fornecendo os parâmetros estéticos, psicológicos e sociológicos para inventar e motivar a ficção como verossimilhança (CEI, 2016, p. 245).

Uma das formações ideológicas estilizadas com a pena da galhofa é a interpretação teleológica que confere um sentido único e uma racionalidade à história. De acordo com o defunto autor: “cumpre advertir que a natureza é uma grande caprichosa e a história uma eterna loureira [...] Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo [...] Deixemos a história com os seus caprichos de dama elegante” (ASSIS, 2008, p. 46-47).

No registro da galhofa, Brás Cubas caracteriza a história como loureira, volúvel e caprichosa, isto é, provocante e instável, que muda facilmente para agradar a todos. Nesse sentido, ironiza a questão da reelaboração do passado, apresentando uma concepção não objetiva da história, que era o ideal das ciências humanas positivistas no século XIX. Sendo inconstante e sedutora, a história poderia ser alterada com facilidade a todo instante: “o tom petulante esconde a consciência de que a história já anda fora dos eixos. Noutros momentos, há a nítida sensação de que a história se acelera de um jeito alarmante” (GLEDSON, 2003, p. 308).

Na prosa de Cubas, a marcha progressiva sempre aparece lapidada e corroída internamente por um contramovimento destrutivo, de modo que a realização evolutiva no tempo é aniquilada por uma desrealização que lhe é solidária. Segundo Roberto Schwarz, esse significado machadiano do progresso temporal se revela no princípio formal da volubilidade, com seu emaranhado de marchas e contramarchas em tempo, espaço e assuntos (SCHWARZ, 2000, p. 59). Quer dizer, o passado não deve ser compreendido como algo pronto e acabado, mas sim como uma instância determinada pelo presente, tendo em vista que a ação do presente sobre o passado o ressignifica. Recusando a ideia de que o homem seja uma *aeterna veritas*, uma medida segura das coisas, o defunto autor afirma que o homem é uma “errata pensante” (ASSIS, 2008, p. 102), indicando que “Não existe um *télos* no horizonte ficcional de Machado de Assis” (CORDEIRO, 2007, p. 156), porque o ser humano não está predeterminado em um modo de ser, não está condicionado por uma essência preestabelecida.

O comportamento volúvel de Brás Cubas, segundo Roberto Schwarz, seria a estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira do século XIX. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, assim como os romances históricos identificados por Lukács, caracteriza-se por revelar forças sociais em disputa, encarnadas em indivíduos representativos das diversas camadas da população: rentista (Brás Cubas), traficante de escravos (Cotrim), prostituta (Marcela), militar (tio João), sacerdote (o tio cônego), doutor letrado (Vilaça), professor (Ludgero Barato), mendigo (Quincas Borba), filósofo (Quincas Borba), escravo alforriado

(Prudêncio), conselheiro do Império (Dutra), político profissional (Lobo Neves), capitão do navio (capítulo XIX), almocreve (intitula o capítulo XXI), dentre outros.

Além das tensões de âmbito econômico e político, representa também crises amorosas, familiares e domésticas. Machado, à maneira de Tolstói, acerta na representação das personagens banais, constituindo-as de maneira que não transpareçam por meio delas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes ações heroicas. Assim como em *Guerra e paz*, as grandes lideranças históricas são apresentadas de forma secundária: o capitão-mor Brás Cubas, Napoleão Bonaparte, Dom João e Otto von Bismarck.

A maior parte das ações narradas em *Memórias póstumas de Brás Cubas* se desenvolve entre 1840 e 1869, período em que a classe senhorial oscilou entre o ápice de seu poder e prestígio social e a crise decorrente da promulgação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), passando pela intensa movimentação internacional em torno da questão servil (o que provocou a abolição da escravatura em todo o território português em fevereiro de 1869).

O protagonista sintetiza as particularidades da época em que a trama ocorre, com ênfase na interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento. Enfatizando as transformações e rupturas, transforma-se no verdadeiro representante da crise histórica representada na obra, ainda que tenha papel secundário no acontecimento histórico. (SCHWARZ, 2000; LUKÁCS, 2011).

O herói machadiano, se é que ele pode ser concebido assim, não possuirá qualidades superiores, sendo um representante mediano da elite nacional. O comportamento volúvel e petulante de Brás Cubas, segundo Roberto Schwarz (2000), seria a estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira do século XIX, para a qual, sob o domínio do capricho, triunfaria a vontade individual. Um aristocrata como Brás impõe o seu modo de vida a toda a sociedade, tornando-se um dos “senhores da Terra” (ASSIS, 2008, p. 101).

O defunto autor, ao forjar sua genealogia, afirma ser tataraneto do tanoeiro Damião Cubas, bisneto do licenciado Luís Cubas – “com quem verdadeiramente começa a série de meus avós” (ASSIS, 2008, p. 45) – e filho de Bento Cubas. Seu padrinho é o Excelentíssimo Senhor Coronel Paulo Vaz Lobo César de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos e sua madrinha é a Excelentíssima Senhora D. Maria Luísa de Macedo Resende e Sousa Rodrigues de Matos. Seus tios são o antigo oficial de infantaria João Cubas, o cônego Ildelfonso Cubas e Dona Emerenciana, irmã de sua mãe, de quem não sabemos o nome.

Brás Cubas, rentista que viveu da herança paterna, retrata seus pares como um conjunto de indivíduos vorazes, lascivos, egoístas e genocidas, que perseguem, num ritual de aparências

e hipocrisia, os próprios interesses e prazeres. Os valores ideológicos que lhe foram inculcados em sua formação familiar foram resumidos no capítulo “O menino é o pai do homem”:

Da colaboração dessas duas criaturas nasceu a minha educação, que, se tinha alguma coisa boa, era no geral viciosa, incompleta, e, em partes, negativa. [...] O que importa é a expressão geral do meio doméstico, e essa aí fica indicada – vulgaridade de caracteres, amor das aparências rutilantes, do arruído, frouxidão da vontade, domínio do capricho, e o mais. Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor (ASSIS, 2008, p. 63-65)

O jovem Brás foi criado nesse ambiente ideológico dominado pela escravocrata aristocracia brasileira que, ao contrário da moderna burguesia europeia, não precisava trabalhar e desprezava os que tinham que ganhar o pão com o suor do próprio corpo. A ideologia a partir da qual Brás foi educado pode ser resumida no antigo provérbio: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A dinâmica de norma e infração que perpassa toda a narrativa segue essa perspectiva da obediência. Exemplar é um relato do capítulo XI, “O menino é pai do homem”:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, — algumas vezes gemendo, — mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um — “ai, nhonhô!” — ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!” — Esconder os chapéus das visitas, deitar rabos de papel a pessoas graves, puxar pelo rabicho das cabeleiras, dar beliscões nos braços das matronas, e outras muitas façanhas deste jaez, eram mostras de um gênio indócil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração; e se às vezes me repreendia, à vista de gente, fazia-o por simples formalidade: em particular dava-me beijos (ASSIS, 2008, p. 62-63).

Na passagem supracitada podemos ler as marcas ideológicas da catástrofe histórica do processo de civilização do Brasil. A galhofa de Brás, ao mesmo tempo em que busca minimizar e ocultar a barbárie revela-a de modo mais escancarado: conquista, escravidão, genocídio e etnocídio dos povos africanos, atrocidades cometidas em nome do progresso do Ocidente.

Brás Cubas, enquanto tipo histórico, é uma caricatura, pois possui em grau exagerado – e deformado, jocoso – os caracteres distintivos dos homens de sua época. De modo restrito, ele é caricatura da elite brasileira que vivia na Corte no século XIX. De modo mais amplo, ele é caricatura do homem ocidental moderno. Marli Fantini observa:

Desalmada reencarnação da classe dominante e escravocrata, Brás experimenta reproduzir, em sua “autobiografia póstuma”, o modelo conservador que lhe assegurou, quando ainda vivo, ócio e privilégios, não mais possíveis depois da instituição da ordem liberal (FANTINI, 2008, p. 55).

Roberto Schwarz avalia que na formação socioeconômica do país houve uma ambivalência entre ideário liberal burguês e paternalismo aristocrático, de modo que na conduta dos grupos sociais brasileiros do século XIX, capitalismo e escravidão não eram termos opostos (como escravismo e abolição), nem próximos (como casa-grande e senzala):

Antes que o Senhor, ou a Liberdade, o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela. De entrada ficavam relativizadas pela história as polarizações abstratas entre escravidão e liberdade, entre os correspondentes tipos sociológicos, ou a identificação ideológica entre liberdade e capitalismo. Se em última análise o capitalismo é incompatível com a escravidão, e acaba por liquidá-la, por momentos ele também precisou, para desenvolver-se, desenvolvê-la e até implantá-la. De sorte que nem ele é tão avançado, nem ela tão atrasada. Assim, *a escravidão podia ter parte com o progresso*, e não era apenas um vexame residual. É claro que não se tratava de elogiar-la, mas de olhar com imparcialidade dialética os paradoxos do movimento histórico, ou, ainda, as ilusões de uma concepção linear do progresso (SCHWARZ, 1999, p. 94).

A liberdade dos colonizadores era dependente da escravidão dos negros, assim como as instituições capitalistas liberais durante certo tempo foram alimentadas pelo trabalho dos cativos: “O emprego de escravos africanos aparece como um caso particular de um modelo econômico que consiste no emprego intensivo de capital e na orientação do lucro” (MARTIN, 2010, p. 27).

A escravidão pode ser vista como uma exacerbação do modo de produção capitalista, que desconhece limites. Assim, para os donos dos meios de produção, o fundamento de sua própria liberdade está na escravização e expropriação de outrem. Exemplar é o personagem Cotrim, cunhado de Brás, um “liberal-escravocrata” (FANTINI, 2008, p. 56). Diferentemente do protagonista, que já nasceu rico, o marido de Sabina Cubas lutou feroz e inescrupulosamente para enriquecer, fazendo caridade pública com o intuito de dissimular a violência praticada contra os escravos chicoteados por ele até o sangramento.

A opinião do narrador em relação ao cunhado é traiçoeira, por usar “elogios que incriminam e justificações que condenam” (SCHWARZ, 2000, p. 115). Enquanto o capítulo XXV o apresenta como um “bom rapaz”, circunspecto, comerciante em gêneros de estiva que amava a mulher e o filho e “labutava da manhã até à noite, com ardor, com perseverança” (ASSIS, 2008, p. 96), o capítulo CXXIII revela o “verdadeiro Cotrim”:

Reconheço que era um modelo. Arguiam-no de avareza, e cuide que tinham razão; mas a avareza é apenas a exageração de uma virtude e as virtudes devem ser como os orçamentos: melhor é o saldo que o *déficit*. Como era muito seco de maneiras tinha inimigos, que chegavam a acusá-lo de bárbaro. O único fato alegado neste particular era o de mandar com frequência escravos

ao calabouço, donde eles desciam a escorrer sangue; mas, além de que ele só mandava os perversos e os fujões, ocorre que, tendo longamente contrabandeado em escravos, habituara-se de certo modo ao trato um pouco mais duro que esse gênero de negócio requeria, e não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito de relações sociais (ASSIS, 2008, p. 227).

Se o genocida Cotrim, violento traficante de escravos, é considerado por Brás um modelo de virtude, por ter um comportamento semelhante ao seu, temos aí a dissolução formal da categoria de vilão. Em contraponto ao melodrama romântico que se organiza em torno do dualismo ético do bem e do mal, a narrativa revela que a moral não serve de arrimo para nada e não leva a nada (CEI, 2016, p. 242). Além disso, notamos uma defesa do modo de vida senhorial para o qual irmanam-se liberdade e escravidão.

Por outro viés, Roberto Schwarz observou que o capítulo CXXIII, ao apresentar, com a pena da galhofa, desculpas que condenam e atenuantes que agravam, torna a defesa de Brás um discurso que, na verdade, acusa tanto o incriminado quanto o defensor. Mas tal engenho retórico em que a formulação de uma perspectiva deve municiar a que lhe é contrária só funciona se o leitor for um defensor dos Direitos Humanos. Caso contrário, o discurso de Brás apenas legitima o cunhado como um cidadão de bem:

Colado ao Brás Cubas solidário de sua classe encontramos o seu *alter ego* esclarecido, com horror a ela, piscando o olho para o leitor e indicando como bárbaros a própria pessoa e o cunhado. Existe, contudo, uma terceira figura que, sem fazer uso direto da palavra, fala através da composição. Em silêncio, como lhe corresponde, o arquiteto das situações narrativas afirma que são compatíveis a efervescência do progresso, de que fazem parte as ideias liberais, e a iniquidade, que estas últimas condenam (SCHWARZ, 2000, p. 127-128).

A barbárie chegou a tal ponto que os próprios oprimidos passaram a seguir a mesma lógica dos opressores, aceitando a brutalidade como parte da ordem social. Exemplar é Prudêncio, que, depois de alforriado, passou a descontar as pancadas recebidas outrora em outro homem negro escravizado:

[...] era um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: “— Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!” Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova.

— Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!

— Meu senhor! gemia o outro.

— Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio,— o que meu pai libertara alguns anos antes.

Cheguei-me; ele deteve-se logo e pediu-me a bênção; perguntei-lhe se aquele preto era escravo dele.

— É, sim, nhonhô.

— Fez-te alguma coisa?

— É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.

— Está bom, perdoa-lhe, disse eu.

— Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra para casa, bêbado!

[...] Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. (ASSIS, 2008, p. 158-159).

O estilo irônico do texto revela que o narrador, configurado como caricatura da classe dominante e escravocrata, aprendeu a agir levemente, de maneira irresponsável, amoral e inconsequente, buscando a satisfação dos seus próprios caprichos. Prudêncio, assim como seu antigo amo e mestre, internalizou a lógica do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, inscrita na conduta dos grupos sociais do século XIX.

Coerente com a defesa ideológica que fez do cunhado traficante de escravos, o narrador sublinha a estrita normalidade e adequação social da atitude de Prudêncio, compreendendo a crueldade como marotismo. Espancar um escravo negro no meio da rua seria uma atividade normal, legal, tolerada e completamente mesclada com todas as atividades corriqueiras na capital do Império.

Ao rememorar o encontro com Prudêncio, episódio marcado pelo caráter traumático das experiências coletivas de violência extrema, o personagem-narrador, incapaz de articular um projeto de transformação para si e para os outros, torna comum a barbárie de nosso passado, com suas catástrofes, ruínas e cicatrizes, nos permitindo reelaborar as heranças da nossa formação.

Considerações finais

Este artigo propôs analisar o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a partir da perspectiva sobre o romance histórico teorizado por György Lukács. Apresentou o percurso do conceito de ideologia em distintos contextos históricos, para a partir disso analisar a obra *O romance histórico*, de György Lukács, a sua teoria, e a forma com que a ideologia é compreendida por esse autor e seu uso na interpretação da narrativa literária

machadiana, marcada pela ideologia de um personagem proto-burguês em contexto escravista e patriarcal.

Se o principal objetivo do romance histórico é revelar aos leitores que os destinos individuais estão conectados de forma direta com o coletivo, sendo que além das tensões de âmbito econômico e político, representa também crises amorosas, familiares e domésticas, Brás Cubas, Prudêncio e outros personagens ficcionais de *Memórias póstumas*, ao personificarem vivências de indivíduos ou de classes, dizem respeito a toda uma época.

Machado de Assis, além disso, acerta na escolha das personagens banais, como o próprio protagonista, constituindo-as de maneira com que não transpareçam por meio delas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes ações heroicas. Constatamos também que personagens como Brás Cubas, Cotrim e Prudêncio dissolvem as categorias de herói e vilão.

Propiciando dessa maneira uma nova percepção da história nacional e suas correlações com a história universal, eles também são atemporais e extemporâneos, tendo muito a nos dizer no século XXI. Nesse sentido, o sucesso da investigação implica que o fim deste artigo signifique um recomeço: o da tarefa de reelaborar o passado e pensar os paradoxos da formação social brasileira em diálogo com Machado de Assis. Espero que cada leitura conduza a outros desdobramentos possíveis, apontando para novos problemas e questões do múltiplo de nossa experiência cultural.

Referências

ABREU, Capistrano de. “Sobre as Memórias póstumas de Brás Cubas”. In: ASSIS, Machado. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 11-13.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, 2007.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Globo, 2008.

BONAPARTE, Napoleão. Réponsé à adresse du conseil d'Etat. In: KENNEDY, Emmett. *A philosophe in the age of revolution, Destutt de Tracy and the origins of "ideology"*. Washington: American Philosophical Society, 1978.

BOSI, Alfredo. Brás Cubas em três versões. *Teresa*, São Paulo, n. 6/7, p. 279-317, 2006.

CEI, Vitor. *A voluptuosidade do nada: niilismo e galhofa em Machado de Assis*. São Paulo: Annablume, 2016.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORDEIRO, Marcos Rogério. A outra herança de Rubião. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 146-160, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

FANTINI, Marli. Machado de Assis: entre o preconceito, a abolição e a canonização. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 55-73, 2008.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Trad. Sônia Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KENNEDY, Emmett. *A philosophe in the age of revolution, Destutt de Tracy and the origins of "ideology"*. Washington: American Philosophical Society, 1978.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 77, p. 185-203, 2007.

LUKÁCS, György. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1960.

_____. *La novela histórica*. Trad. de Jasmin Reuter. Mexico: Ediciones Era, 1996.

_____. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARTIN, Peter. Os inícios da economia escravocrata na América. In: BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus (org.). *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 27-59.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. Trad. Joyce Ferraz. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (org.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 115-135.

ROMANI, Carlo. *A teoria da História, o romance histórico e a crise do realismo burguês*. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/a-teoria-da-historia-e-o-romance-historico-em-lukacs.html>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SANTOS, Pedro Brum dos. Literatura e intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema*, Vitória da Conquista, Ano VII, n. 9, p. 283-303, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Arlenice Almeida da. A história e as formas. In: LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 9-26.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003, p. 109-140.

1 Período que corresponde ao reinado do rei Eduardo VII entre 1901 e 1910, no Reino Unido.

Submetido em 23 de maio de 2019.
Aprovado em 20 de outubro de 2019.